

FINANÇAS PÚBLICAS

Petrobras ajuda o superávit de junho

Superávit primário no semestre é de 5,41% e anual é de 4,4%; déficit em 12 meses é de 5,44%

Regina Pires
de Brasília

As contas públicas registraram em junho superávit primário de R\$ 3,02 bilhões, elevando o acumulado do ano a R\$ 40 bilhões. O resultado no semestre superou com folga a meta acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de R\$ 34,5 bilhões para o período.

“Estamos em linha com a meta”, comentou o chefe do Departamento Econômico do Banco Central (Depec), Altamir Lopes. “Não é possível acertar exatamente e também não é objetivo exceder muito a programação”, afirmou.

A nova meta perseguida para o superávit primário é de R\$ 54,2 bilhões no acumulado de janeiro a setembro. Isso será possível com uma média de saldos mensais de R\$ 4,73 bilhões. “Até agora, a média tem sido superior a isso”, lembrou o chefe do Depec.

O superávit no ano supera em R\$ 11 bilhões o valor alcançado em igual período do ano anterior. Todas as esferas de governo apresentaram superávit em junho. Os R\$ 875 milhões alcançados pelos

governos estaduais é o melhor para o mês de junho, de acordo com Altamir Lopes. As estatais contribuíram com R\$ 990 milhões, de acordo com o chefe do Depec, em função de aumento de receitas da **Petrobras** no exterior.

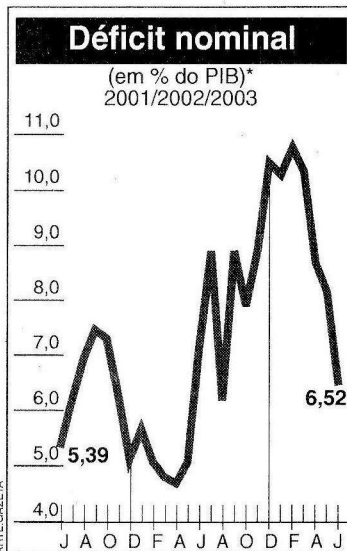
O menor superávit alcançado pelo governo central (governo Federal, INSS e Banco Central) em junho, de R\$ 903 milhões, ante R\$ 3,36 bilhões apurados em maio, é explicado pela queda na arrecadação em comparação com o mês de maio, início de pagamento das restituições de Imposto de Renda e liberações de mais recursos aos ministérios.



Altamir Lopes

Déficit nominal

No conceito nominal, que soma o resultado primário e os juros nominais pagos, a necessidade de financiamento do setor público foi de R\$ 5,9 bilhões em junho (em maio havia ficado em R\$ 9,7 bilhões). No acumulado do ano, o déficit nominal ficou em R\$ 34,3 bilhões — praticamente o dobro do valor registrado em igual período do ano passado (R\$ 17,3 bilhões).



Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil. * Acumulado em 12 meses, com desvalorização cambial sobre o estoque da dívida mobiliária federal

Em relação ao Produto Interno Bruto, o déficit no semestre saltou de 2,80% em 2002 para 4,63% neste ano. Considerando o resultado acumulado em doze meses, o déficit subiu um pouco — de 5,24% do PIB em maio para 5,44% em junho.

Se a desvalorização cambial sobre o estoque da dívida pública for contabilizada, o déficit nominal anual cai de 8,18% em maio para

6,52% em junho, segundo cálculos feitos pelo Centro de Informações da Gazeta Mercantil (ver gráfico).

A dívida mobiliária federal atingiu R\$ 669,4 bilhões em junho, equivalente a 43,3% do PIB, com aumento de R\$ 8,7 bilhões e 1,3% do PIB em comparação com o mês anterior. A valorização do real de 3,16% frente ao dólar ocorrida em junho contribuiu para a queda da participação da dívida indexada ao câmbio de 13,4%, em maio, para 12,6%, em junho. Incluindo as operações de swap, a participação cambial ficou em 27,4% e a vinculada à taxa Selic em 48,7%.

Apesar da redução da dívida líquida do setor público, de R\$ 858,36 bilhões, em maio, para R\$ 856,35 bilhões, em junho, a relação com o PIB aumentou de 55,2% para 55,4%. Isso, em função do ajuste do PIB pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, que há três meses registra deflação. A meta ajustada para a dívida líquida com o FMI, para o primeiro semestre, era de R\$ 957,2 milhões.

Caíram os gastos com juros, de R\$ 14,069 bilhões, em maio, para R\$ 8,95 bilhões, em junho, comportamento atribuído à apreciação do real, de 3,16% no mês, e ao menor número de dias úteis no mês.